

Sindsep encerra ano ativo de participação no Condir - Campus Codó

O Sindsep participou por meio do seu representante, Francisco Santos Leonardo, da reunião do Conselho Diretor do Campus Codó (Condir – Codó), realizada no último dia 11. O encontro reuniu representantes da gestão, servidores e demais segmentos que compõem o colegiado, com o objetivo de discutir temas estratégicos para o funcionamento e o planejamento institucional.

Entre os principais pontos de pauta esteve a apreciação das resoluções aprovadas ad referendum ao longo de 2025, que posteriormente foram apresentadas ao Conselho para análise, debate e validação coletiva, garantindo transparência e respeito aos trâmites institucionais.

Outro destaque da reunião foi a apresentação do Relatório de Gestão, documento que reúne informações sobre as ações desenvolvidas, metas alcançadas, desafios enfrentados e a aplicação dos recursos no período avaliado. O relatório permitiu aos conselheiros uma visão mais ampla sobre o desempenho adminis-



trativo e acadêmico do campus.

Também foi discutido o Orçamento de 2026, com a exposição das previsões financeiras, prioridades de investimento e limitações orçamentárias. O debate reforçou a importância do planejamento responsável e da defesa de recursos suficientes para assegurar o funcionamento adequado da instituição e a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Por fim, o Conselho tratou

da elaboração do calendário de reuniões ordinárias do Condir, definindo datas e periodicidade dos próximos encontros, o que contribui para a organização dos trabalhos e para a participação efetiva dos conselheiros.

A presença do Sindsep reafirma o compromisso da entidade com o acompanhamento das decisões institucionais, a defesa dos interesses dos trabalhadores e a participação ativa nos espaços de diálogo e deliberação.



Nas ruas de todo o país, população protestou contra anistia aos golpistas

Atos no domingo reuniram milhares de pessoas em diversas cidades do país em protesto ao Projeto de Lei da Dosimetria, aprovado pela Câmara Federal, que beneficia golpistas e até criminosos comuns.

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](https://cut.org.br/noticias)

Questionário da avaliação institucional da UFMA iniciou-se nesta segunda-feira, 15

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) iniciou, hoje, 15 de dezembro, a aplicação do questionário da avaliação institucional, que se estende até 10 de janeiro de 2026. Tanto discentes como docentes e técnicos-administrativos poderão responder ao formulário pelos sistemas on-line do SIG (SIGRH, SIPAC e SIGAA).

Esta é a primeira fase de um novo processo de avaliação que integra, pela primeira vez, três instrumentos estratégicos em uma única plataforma: o Censo Institucional, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2027-2031.

Com o programa UFMA 360°, a Universidade passa a aplicar um único instrumento com três partes sequenciais: a primeira dedicada ao PDI; a segunda, ao Censo Institucional; e a terceira, à autoavaliação anual.

“Vamos integrar três políticas no mesmo instrumento. O questionário que vamos aplicar vai ser apenas um instrumento, com três partes sequenciais. Essa primeira parte são algumas questões, será aplicado na primeira fase do PDI, que vai tratar especificamente da missão, dos valores e da visão da Universidade. Vai suprir essa demanda inicial do PDI. A segunda fase do questionário será propriamente o censo, que tem por objetivo ter uma base de dados unificada dos três segmentos da Universidade, tanto de indicadores e informações socioeconômicas, como indicadores sobre saúde e bem-estar e

trabalho. E a última parte vai ser a parte da autoavaliação, que é obrigatória e anual. Ela vai avaliar o eixo três do SINAES, que é sobre políticas acadêmicas. Então, a última parte do questionário vai tratar, especificamente, de questões relacionadas à maneira como a UFMA aplica políticas acadêmicas”, explica o presidente da CPA, professor Saulo Pinto Silva.

Censo Universitário

Além da autoavaliação, a UFMA também contará com um censo universitário pela primeira vez na história. O censo abrangerá temas fundamentais, como relações profissionais, estado de saúde, suporte institucional e qualidade da infraestrutura. Segundo o presidente da CPA, Saulo Pinto, a iniciativa funciona como uma “ressonância” da UFMA, capaz de mapear a realidade institucional com precisão.

De acordo com o presidente da CPA, o objetivo é “ter uma captação de informações integrada e, assim, ter relatórios de interpretação integrados. Isso vai possibilitar que a gestão superior possa ter informações abrangentes da Universidade, mas também tenham visões específicas. Vamos poder customizar relatórios só sobre os centros ou só sobre os cursos, por exemplo. Isso pode ter cruzamento com o Programa de Qualidade da Graduação que temos na Universidade”, reforça.

O censo será realizado a cada quatro anos, sempre antes da elaboração de um novo PDI, fornecendo os dados necessários para o diagnóstico institucional.

PDI 2027-2031: construção participativa

O PDI serve como referência para todas as estratégias de planejamento, desenvolvimento, avaliação e gestão universitária. Sua elaboração fundamenta-se em indicadores, pesquisas aplicadas e projetos de múltiplos eixos temáticos, cumprindo os requisitos do MEC e reforçando as ações da comunidade acadêmica.

A coordenadora de Organização Institucional e Transparência da PPGT, Susan Sousa Chagas, reforça que o PDI é construído de forma participativa e estruturado em três fases: preparação, diagnóstico e planejamento. “O PDI é o Plano de Desenvolvimento Institucional, que tem vigência de 5 anos. É um processo participativo em que há diversos fatores, desde o Comitê de Governança, Integridade e Transparência (CEGIT), comissões executivas, comissões setoriais, e toda a comunidade acadêmica. O ideal é quanto mais gente participar, melhor”, afirma Susan.

A coordenadora enfatiza que o PDI articula missão, valores e a visão da UFMA, ao mesmo tempo em que organiza cronogramas, metas, indicadores e projetos que nortearão a gestão universitária de 2027 a 2031. A integração com a CPA facilita a coleta de informações fiéis às percepções da comunidade, fortalecendo a tomada de decisão.

Fonte: UFMA